

EDIÇÃO
ESPECIAL



BOLETIM Nº 10 - Maio/2024



FRENTE DA
**SAÚDE
MENTAL**

Este boletim celebra o primeiro aniversário da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental, destacando **avanços e desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Mantenha-se informado sobre as últimas notícias relacionadas à saúde mental no Congresso Nacional.

Sumário

Um Poder Legislativo comprometido com a Reforma Psiquiátrica Brasileira	03
Saúde Mental em Pauta	05
I Seminário da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental	06
Mesa de Abertura	07
Conferência de Abertura	08
Apresentação Cultural	08
Mesas Temáticas	08
Os desafios do acolhimento e da promoção em saúde mental no Brasil	09
A Intersetorialidade nas políticas de saúde mental	10
Encerramento	10
Aconteceu no Congresso	11
A Frente Parlamentar em números (um ano)	12
Criação do 18º eixo de trabalho: saúde mental das pessoas com deficiência	13
Agenda Congresso	14
Saúde mental e meio ambiente	15
Queremos te ouvir	16





Um Poder Legislativo comprometido com a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Esse mês de maio teve para a gente um sabor especial, não só pelas celebrações que rememoram os marcos da Luta Antimanicomial e a da Reforma Psiquiátrica, mas também por ser o período em que se completou um ano de realizações de atividades da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental no Congresso Nacional.

A Reforma Psiquiátrica brasileira, que se iniciou na década de 70 em pleno processo de redemocratização do país, teve no final dos anos 80 dois fatos importantes para a escolha de maio como o mês que simboliza o que vem sendo chamado de movimento da Luta Antimanicomial: o Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, em Bauru/SP, e a I Conferência Nacional de Saúde Mental, em Brasília. Trata-se de um movimento social que se caracteriza pela busca constante da garantia dos direitos das pessoas com sofrimento mental e pelo combate à ideia de que se deve isolá-las para que possam ser tratadas. É um movimento que atualiza a luta constante pelo direito fundamental à liberdade, pelo direito a viver em sociedade, além do direito a receber cuidado e tratamento sem que, para isto, tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos.

A atuação aguerrida dos diversos atores que compõem o movimento da Luta Antimanicomial, trabalhadores da saúde, associações de familiares e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas no país, resultou na aprovação, em 2001, da [Lei 10.216](#), nomeada de Lei Paulo Delgado, que trata da proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência e cuidado à saúde. Este marco le-

gal estabelece a responsabilidade do Estado no desenvolvimento da política de saúde mental no Brasil, através do fechamento de hospitais psiquiátricos, abertura de novos serviços comunitários e participação social no acompanhamento de sua implementação.

A mudança de paradigma amparada por esta legislação vem ocorrendo ao longo das últimas décadas e, entre avanços e retrocessos, tem sido acompanhada por uma série de normativas e de leis complementares que reafirmam a importância estratégica fundamental do legislativo brasileiro nesse processo. Além de produzir as leis que irão orientar nossa sociedade com o objetivo de regular a vida em comum, cabe também ao Poder Legislativo fiscalizar as ações do Poder Executivo na implementação de políticas públicas, representar o povo brasileiro em seus anseios, promover e sediar os debates de interesse nacional.

Hoje podemos afirmar que se consolida no Congresso Brasileiro um conjunto de parlamentares interessados em aprofundar o diálogo sobre a temática, trabalhando na defesa das diretrizes estabelecidas pela Reforma Psiquiátrica, mas também atento aos novos desafios que estão colocados para o campo da saúde mental - sobretudo depois da pandemia. O que o Congresso Brasileiro fez, através de uma Frente Parlamentar que tem a promoção à saúde mental em seu próprio nome, foi estabelecer uma Agenda Legislativa que definisse as prioridades de atuação ao longo desse primeiro ano, identificando lacunas, potencialidades e atualizando o debate por meio de evidências científicas.

A luta antimanicomial é diária, e o legislativo brasileiro é um espaço fundamental para a defesa intransigente dos direitos até então conquistados. Contem com a nossa Frente para avançar na defesa dos direitos das pessoas em sofrimento e/ou com transtorno mental. Viva a Reforma Psiquiátrica! Pelo cuidado em liberdade no SUS!



Saúde Mental em Pauta

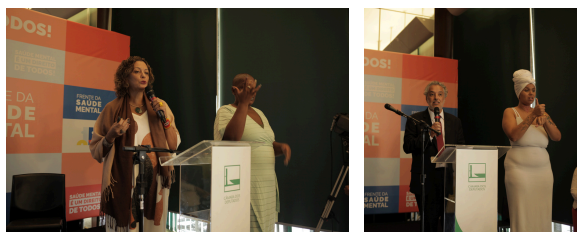


No dia 20 de maio, aconteceu na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Brasília, o Seminário Internacional da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista. Além da presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade, e da diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Sônia Barros, o evento contou relatos de experiências antirracistas aplicadas no contexto do SUS, com ênfase nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

- ▶ Segue em tramitação na Câmara duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC nº 45/2023 e PEC nº 34/2023) que tentam incluir a criminalização das drogas como uma cláusula pétrea da Constituição Federal – um feito mundialmente inédito que legitimaria o pioneirismo brasileiro em negar evidências científicas. São quatro os principais argumentos que movimentam a discussão.
- ▶ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, cerca de 84% das Comunidades Terapêuticas que têm contrato com o governo federal têm ligações com igrejas evangélicas
- ▶ Transtornos mentais em crianças pelo uso excessivo do celular aumentam no mundo todo é o que constata a pesquisa realizada pelo psicólogo social, Jonathan Haidt, que estudou durante décadas o colapso da saúde mental entre os jovens, principalmente desde a criação dos smartphones.
- ▶ Relatório produzido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, entre os quais estão os membros do nosso Conselho Consultivo, o Prof. Pedro Gabriel Delgado e a Prof. Maria Cristina Ventura, e da Rede de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes aponta para a existência de um complexo industrial do autismo atuante no país que influencia políticas públicas e se expande no mercado de bens e consumo.
- ▶ O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) aprovou uma resolução que proíbe que adolescentes sejam atendidos por Comunidades Terapêuticas e o governo federal montou um grupo de trabalho que será responsável por montar o plano para desinstitucionalizar os jovens que estejam nessas instituições.
- ▶ Só em emendas parlamentares individuais (sem contar as de bancada e comissões), as comunidades terapêuticas receberam R\$ 56 milhões do Orçamento. Especialistas afirmam que a legislação indica que o cuidado em saúde seja realizado pelo SUS, por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e criticam o modelo de trabalho baseado em isolamento social, abstinência e religião.
- ▶ Operadoras de planos de saúde cancelaram contratos coletivos por adesão, entre eles os de crianças e jovens com TEA (Transtorno do Espectro Autista), doenças raras e paralisia cerebral, o que tem gerado mobilizações e uma nova onda de ações judiciais.



I Seminário da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental



O I Seminário da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental, teve como tema **“SAÚDE MENTAL É DIREITO DE TODOS”**. O evento, organizado pela secretaria executiva da Frente, exercida pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), e pela comissão organizadora formada por membros do Conselho Consultivo da Frente, ocorreu no dia 8 de maio, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, e marcou o primeiro ano de atuação da iniciativa parlamentar.

Na programação estiveram envolvidas as instituições que compõem o Conselho Consultivo da Frente, além de convidados externos. Entre os temas debatidos foram abordados os desafios do acolhimento, da promoção e da intersetorialidade nas políticas de saúde mental no Brasil. Promoveu-se com a atividade um espaço democrático de diálogo que atraiu aproximadamente 400 pessoas entre parlamentares, assessores, profissionais de saúde, professores, estudantes, usuários do SUS, entre outros. Além dos espectadores que acompanharam a atividade de maneira remota.

A todos que estiveram presentes e aos envolvidos na organização, nosso muito obrigado!

¹Filipe Asth (Secretário Executivo da FPSM), Nicéia Malheiros (Abrasmé), Deivisson Vianna (Abrasco), Thaís Guerreiro (Defensoria Pública do Rio de Janeiro), Haroldo Caetano (Ministério Público de Goiás), Erick Vieira (CFP), Maria Carolina Roseiro (CFP), Bruno Ziller (Cactus), Amanda Gregório (FJLES), Dayana Rosa (IEPS).

Mesa de Abertura

Democracia, direitos humanos e determinantes sociais da saúde foram alguns dos temas debatidos durante a mesa de abertura. A deputada Tabata Amaral (PSB/SP), presidenta da Frente Parlamentar, abriu o seminário destacando que, além de enfrentar preconceitos, um dos objetivos do evento foi criar consensos para que o parlamento e a sociedade avançassem nas discussões sobre saúde mental. Os determinantes sociais da saúde mental e seu aspecto coletivo foram destacados na fala do deputado Henrique Vieira (PSOL/RJ), coordenador do eixo “Fiscalização” da FPSM e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica. Para o parlamentar, a saúde mental é um direito da população brasileira. As iniquidades em saúde foram pauta da fala de Emiliano David, representante da Frente Nacional de Negras e Negros da Saúde Mental (FENNASM), iniciativa que integra o Conselho Consultivo da FPSM, que enfatizou a necessidade de interromper as iniquidades raciais. Já a deputada professora Goreth (PDT/AP), coordenadora do eixo “Escolas” da Frente, destacou o pedido de informações das ações de implementação da Lei que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Escolas. João Mendes, representante do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Desmad) do Ministério da Saúde, apresentou os retrocessos das políticas de saúde mental nas últimas gestões do Governo Federal e enfatizou o compromisso do atual governo na expansão da RAPS, na recomposição orçamentária e na desinstitucionalização como as diretrizes fundamentais.



“Nós estamos solicitando ao Ministério da Saúde a apresentação de um plano concreto de implementação dessa Lei. Estamos pedindo informações da implementação, prazos e metas claras para a efetivação da atenção psicossocial nas escolas, uma iniciativa de extrema importância nesse pós-pandemia.” ————— Deputada Professora Goreth (PDT/AP)



“Não podendo ser um privilégio, temos que falar da rede pública, temos que falar da gratuidade, da qualidade e da dimensão coletiva da saúde mental. Nós somos levados a pensar em uma perspectiva excessivamente individualizada e parte dos nossos transtornos tem a ver com o mundo e a forma como o mundo se organiza.” ————— Deputado Henrique Vieira (PSOL/RJ)



“É fundamental a construção e o fortalecimento de estratégias antirracistas na política de saúde mental. Para isso, é importante que haja, por exemplo, comitês locais nos serviços e nos territórios e uma formação antirracista continuada e permanente para as equipes de saúde.” ————— Emiliano David (FENNASM)



“Nós tivemos uma hecatombe nas políticas de saúde mental durante os últimos anos de recrudescimento democrático. Nós estamos fazendo um esforço de refazer e de retirar da base normativa da saúde mental o que eu tenho chamado de ‘entulho autoritário’. É hora de romper com todo resíduo de autoritarismo na nossa legislação e vamos precisar do apoio do Parlamento.” ————— João Mendes (DESMAD)



Conferência de **Abertura**

Daniela Arbex, jornalista e escritora, que falou sobre a experiência brasileira da grande internação, apresentando a pesquisa que resultou no seu aclamado livro "Holocausto Brasileiro", que denuncia os maus-tratos ocorridos no Hospital Colônia de Barbacena; e Alexandre Coimbra, psicólogo, palestrante, escritor e podcaster, que abordou o tema da saúde mental enquanto saúde coletiva.

Apresentação **Cultural** **Maluco Voador – Caps Paranoá/DF**



Mesas **Temáticas**

O debate nas mesas temáticas foi promovido por pesquisadores, ativistas e usuários da rede de atenção psicossocial (RAPS), que abordaram temas fundamentais para o fortalecimento das políticas de saúde mental no país, como o acolhimento, a intersetorialidade e a legislação relacionada ao tema nos últimos anos.



Para assistir na íntegra, acesse: [Link da Transmissão das Mesas Temáticas](#)

Os desafios do acolhimento e da promoção em saúde mental no Brasil

A primeira mesa temática teve como tema “Os desafios do acolhimento e da promoção em saúde mental no Brasil” e foi mediada por Daniela Skromov, defensora pública do estado de São Paulo e diretora de relações institucionais do Desinstitute. A exposição do tema foi feita por Ana Paula Guljor, psiquiatra e presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) que enfatizou que o acolhimento em saúde mental está relacionado com a compreensão de que os usuários do sistema são sujeitos com direitos e necessidades, e não pacientes portadores de transtornos.

Entre os debatedores, estiveram presentes na mesa: Ariadna Patricia, militante antimanicomial e professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Deivisson Vianna, professor do departamento de saúde coletiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Kleidson Oliveira, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Distrito Federal e usuário da RAPS; Rosângela Elias, fonoaudióloga e profissional do SUS e Prethaís, poeta, cantora e compositora.



“A saúde mental deve ser cuidada no território e de preferência na atenção primária. Para tudo isso acontecer precisamos de expansão dos postos de saúde, de políticas que aumentem o financiamento de equipes de saúde mental e uma política que retome a estratégia da política nacional de humanização.” — Deivisson Vianna (ABRASCO/ APS)



“A saúde mental tem um inimigo, é aquela pessoa que vê o corpo como uma forma de ganhar dinheiro.” — Kleidson Oliveira Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua DF / Relato sobre acolhimento em saúde)

A Intersetorialidade nas políticas de saúde mental

A Intersetorialidade nas políticas de saúde mental foi o tema da segunda mesa temática do seminário, mediada por Dayana Rosa, especialista em relações institucionais e saúde mental do IEPS. Iniciando a discussão, Jeane Tavares, docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), destacou que as políticas de saúde mental precisam considerar a diversidade de territórios e de identidades da população, levando em conta culturas e marcadores sociais das diferenças. Raquel Guzzo, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e membro titular do Conselho Federal de Psicologia, frisou que a intersecção entre escola, juventude e promoção de saúde mental é uma aliança essencial para o desenvolvimento de espaços de prevenção de saúde mental. Marcelo Kimati, professor de saúde coletiva da UFPR e assessor da presidência da FUNDACENTRO, enfatizou que diminuir o sofrimento mental dos trabalhadores expostos à precarização do trabalho, à uberização e às consequências da pandemia é um desafio latente, enquanto Haroldo Caetano, promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, destacou a importância do Poder Judiciário para a desinstitucionalização dos manicômios judiciais. Nathália Oliveira, ativista do antiproibicionismo e fundadora da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, encerrou a mesa enfatizando que a criminalização das drogas está baseada em uma ideologia de aniquilamento e manutenção das raízes de opressão do povo negro do país.



“Pensar a intersetorialidade na Saúde Mental é intuitivo, pois a saúde não é promovida em apenas uma consulta com um profissional da saúde, ela depende de diversas áreas e setores de trabalho, depende de qualidade de vida e de bem viver. Gerar sofrimento psíquico na população é uma estratégia política.” — Jeane Tavares (UFRB/SBMFC)

Encerramento

A mesa de encerramento do Seminário contou com a participação da Dep. Tabata Amaral (PSB-SP), presidente da Frente; Dep. Dr. Francisco (PT/PI), presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados; Filipe Asth, secretário executivo da Frente; Marcia Woods, assessora de relações estratégicas da Fundação José Luiz Egydio Setúbal; Bruno Ziller, coordenador de projetos do Instituto Cactus e Mariana Luz, psicóloga clínica e fundadora do Instituto Janete Costa.

Aconteceu no Congresso



POLÍTICA ANTIMANICOMIAL NO JUDICIÁRIO

CFP debate no Senado o cuidado às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei



Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública do Senado promoveu, no dia 7 de maio, debate sobre Resolução CNJ 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. O centro das discussões foi o fechamento de estabelecimentos, alas ou instituições similares de custódia e tratamento psiquiátrico no Brasil. [Assista aqui.](#)

Audiência pública na Comissão de Educação da Câmara promoveu um debate, no dia 9 de maio, sobre o PL nº 3599/2023 que trata da inclusão dos profissionais da psicologia e do serviço social nas redes de educação. [Assista aqui.](#)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Para debater o **PL 3599/2023** que busca incluir os profissionais da área de **psicologia e de serviço social** no quadro funcional dos estabelecimentos de **educação básica**

09/05

ÀS 10H

PLENÁRIO 10, CÂMARA DOS DEPUTADOS, ANEXO II, BRASÍLIA

acompanhe Presencial e

AO VIVO

YOUTUBE/CAMARADOSDEPUTADOSOFICIAL

RAFAEL Brito

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEMINÁRIO REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

DESAFIOS DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO HOJE

DIA 23/MAIO DAS 10:00 AS 18:00
CÂMARA DOS DEPUTADOS, ANEXO II, PLENÁRIO 13



FRENTE PARLAMENTAR MISTA
EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA
E DA LUTA ANTIMANICOMIAL

No dia 23 de maio, a Frente Parlamentar da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial realizou o Seminário “Reforma Psiquiátrica no Brasil: Desafios da Desinstitucionalização hoje”. O evento ocorreu de 10h às 18h, no Plenário 13, Anexo II, da Câmara dos Deputados, tendo em sua programação três mesas de debate: “Desafios da Desinstitucionalização no Brasil”, “Comunidades Terapêuticas e o Baixo Financiamento da RAPS”, e “Manicômios Judiciários e a Resolução 487 do CNJ”. O evento contou com a presença da representante do Ministério da Saúde, Neli Almeida, que destacou a importância de um modelo de cuidado a partir da desinstitucionalização para a proteção dos direitos dos usuários dos serviços de atenção psicossocial. [Assista aqui.](#)

A Frente Parlamentar **em números** (um ano)

Plano de **Trabalho** executado até **Maio de 2024**

INCIDÊNCIA

EVENTOS

COMUNICAÇÃO



INCIDÊNCIA

- 1 Agenda Legislativa
- 6 Projetos de Lei protocolados
- 3 Projeto de lei minutados
- 5 Briefings
- 7 Requerimentos de Informação
- 10 Boletins Informativos Mensais
- 101 atendimentos externos



EVENTOS

- 1 atividade de formação
- 1 Atividade de Lançamento da Frente
- 1 Atividade de Planejamento Estratégico
- Lançamento da Agenda Legislativa com as Coordenações
- Lançamento da Agenda Legislativa com o Conselho Consultivo
- 1 Seminário Nacional



COMUNICAÇÃO

- 1 Plano de Comunicação
- 1 vídeo de apresentação da Frente
- 1 carta de apresentação da Frente
- 1 site criado e mantido
- 1 perfil no Instagram criado e mantido
- 1 resumo executivo do planejamento estratégico



Criação do 18º eixo de trabalho: **saúde mental das pessoas com deficiência**

Desde sua criação, a FPSM foi procurada por muitos segmentos interessados em aprofundar temas diversos e transversais à saúde mental, o que nos provocou a reconfigurar sua organização. Assim, a partir das demandas que nos foram apresentadas pelos movimentos sociais ligados às pessoas com deficiência, foi criado o 18º eixo de trabalho sobre saúde mental da pessoa com deficiência, que estará sob a coordenação do Deputado Pedro Campos (PSB-PE).



"Nós estamos aqui comprometidos com a Frente da Saúde Mental, comprometidos em salvar, em dar uma garantia de direitos e de uma vida plena com saúde no corpo e na mente também. É para isso que a gente trabalha aqui. E como essa missão de olhar para as pessoas com deficiência, que hoje são quase 20 milhões de brasileiros e brasileiras. Essa questão da saúde mental tem um impacto muito forte nessa população." — Deputado Pedro Campos (PSB-PE)



Agenda Congresso

A mesa diretora da Frente segue em articulação com a presidência da Câmara e com os líderes de bancadas para a votação de alguns PLs da nossa Agenda Legislativa durante o mês de maio, em uma tentativa de se promover a Semana da Saúde Mental no Congresso. Foram apresentados alguns requerimentos de urgência para a inclusão na pauta dos seguintes PLs:

- [PL 4724/2023](#), que estabelecem políticas públicas de prevenção e promoção de saúde mental voltados aos profissionais de saúde e altera as Leis nº 13.819 e 8.080, de 26 de abril de 2019, e de 19 de setembro de 1990, respectivamente, a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- [PL 777/2024](#) que estabelece ações de promoção da saúde mental da pessoa idosa e de suas cuidadoras no Sistema Único de Saúde (SUS), e altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso.
- [PL 4755/2023](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de programas de prevenção ao suicídio e à automutilação pelos Conselhos de Classe para os seus membros e profissionais e sobre a divulgação de dados acerca dos casos ocorridos.
- [PL 958/2024](#), Estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental.



Enchente no Rio Grande do Sul - Foto: Diego Vara

Saúde mental e meio ambiente

► Preocupados com os efeitos sobre a saúde mental da população afetada pelo desastre ambiental no Rio Grande do Sul, 13 parlamentares coordenadores da Frente protocolaram o PL nº 1883/2024, que institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, dispondo de orientações sobre a prevenção, promoção e pós-venção em saúde mental. O PL tramita na Câmara e no Senado, concomitantemente, e assinam a proposta os seguintes parlamentares: Sen. Alessandro Viera; Dep. Tabata Amaral - PSB/SP; Dep. André Janones - AVANTE/MG; Dep. Professora Goreth - PDT/AP; Dep. Clodoaldo Magalhães - PV/PE; Dep. Célio Studart - PSD/CE; Dep. Ana Paula Lima - PT/SC; Dep. Leo Prates - PDT/BA; Dep. Dr. Francisco - PT/PI; Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS; Dep. Pedro Aihara - PRD/MG; Dep. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ; e Dep. Pedro Campos - PSB/PE.

► O Ministério da Saúde elaborou um plano para atendimento de saúde mental no Rio Grande do Sul, para balizar toda a assistência. O documento terá três eixos: um totalmente focado na população; outro cuidará da saúde mental dos trabalhadores que estão atuando na tragédia; e o terceiro com diretrizes para os gestores do estado e dos municípios, para que possam estabelecer uma rede de atendimento continuada

► Também foi protocolado o PL nº 1922/2024 que institui o Protocolo para Atendimento e Cuidado à Saúde Mental de Pessoas Atingidas por Desastres Ambientais, Climáticos ou Tecnológicos

► Artigo em que a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rachel Gouveia Passos, reforça a ideia de que a produção do sofrimento e/ou adoecimento psicossocial também precisa ser compreendida interseccionalmente por uma ótica socioambiental.

► O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Emergências em Saúde Pública (DEMSP), lançou a série Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Voltado a profissionais de saúde, o material conta com cartilhas temáticas sobre saúde mental e atenção psicossocial no acolhimento de vítimas de emergências e desastres



► Protocolado o PL nº 2083/2024, de autoria da Dep. Carla Zambelli - PL/SP, que institui o Programa "Voucher Saúde Mental", que dispõe sobre a oferta dos serviços de saúde mental à população em situação de vulnerabilidade.



QUEREMOS TE OUVIR

Gostaria de sugerir alguma publicação?

Escreva para frentedasaudemental@gmail.com

Nos acompanhe no site e pelas redes sociais



frentedasaudemental.com.br



[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)



frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Secretaria Executiva da FPSM



ieps.org.br



[@IEPSoficial](https://twitter.com/IEPSoficial)



[@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)



[iepsocial](https://www.linkedin.com/company/iepsocial)